

Fátima Pinto e Vítor Freire

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Av. do Marechal Gomes da Costa, 282
4150-354 Porto
Portugal

Telefone: 351 22 610 89 70
Telefax: 351 22 610 37 00
E-mail: fpintovfreiresroc@mail.telepac.pt

Certificação legal das contas

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (adiante designado por IAPMEI), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de balanço de 3.263.424.548 euros e um total de fundos próprios de 1.022.106.061 euros, incluindo um resultado líquido de 15.414.189 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, o Mapa dos fluxos de caixa, o Mapa de controlo orçamental de receita e da despesa e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho Diretivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do IAPMEI, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8, o exame a que procedemos foi executado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Diretivo, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

- 7 Incluído na rubrica de Imobilizações Corpóreas – terrenos encontram-se registados os valores dos terrenos afetos à Zona da Indústria Pesada de Sines, no valor de 63.896.011 euros, que foram sujeitos em 1990 a uma avaliação técnica efetuada por peritos independentes do qual resultou uma reserva de reavaliação no valor de 16.111.172 euros. Desde 1990 até ao presente exercício, o IAPMEI não procedeu a uma nova avaliação destes terrenos. Segundo depreendemos a avaliação não foi ainda concretizada devido a vários fatores nomeadamente, a um número significativo de prédios rústicos, se encontrar em processo de redefinição geométrica dos seus limites, com a intervenção da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Direcção Geral do Território. Não nos é possível, com a informação que nos foi disponibilizada, formar opinião sobre a necessidade de se proceder a ajustamentos ao Imobilizado Corpóreo e aos Fundos Próprios.
- 8 O nosso exame não abrangeu a análise das contas e respetivos relatórios de revisão/auditoria de algumas entidades incluídas na rubrica de Investimentos Financeiros, que representam cerca de 29,43% (dos quais 23,82% respeitam aos Fundos designados pelas seguintes siglas FINOVA, FACCE, FIEAE e FCGM) do ativo líquido do IAPMEI por, nesta data, não estarem ainda disponíveis os documentos de prestação de contas do exercício de 2015. Incluídos nesta rubrica estão participações financeiras em Centros Tecnológicos e Associações, no valor líquido de provisões de 4.560.520 euros, considerados pelo IAPMEI de carácter estratégico como instrumento de apoio às pequenas e médias empresas, e cujos valores de realização se afiguram de difícil estimativa.

Opinião

- 9 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos definidos pelo Plano Oficial da Contabilidade Pública.

Ênfases

- 10 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:
- 10.1 Conforme divulgado na nota 2.39.3 do Anexo, as demonstrações financeiras do IAPMEI integram a totalidade do património afeto ao Fundo de Desenvolvimento Empresarial (FDE) cuja gestão é assegurada pelo IAPMEI. O valor nominal do Fundo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 121/2001 de 17 de abril que o criou, integra os reembolsos dos subsídios reembolsáveis atribuídos no âmbito do QCA II e a partir do exercício de 2010 foram também incorporadas as verbas associadas ao PRIME, geridas diretamente pelo IAPMEI, dando assim cumprimento ao Despacho nº 233-XVII/SEAAI/2009, de 18 de setembro. Até 31 de dezembro de 2015 o valor nominal do Fundo ascendia a 1.129.379.485 euros (2014: 1.131.094.317 euros, e o seu valor patrimonial a 244.663.359 euros (2014: 295.342.506 euros) dos quais 3.124.518 euros (2014: 3.163.577 euros) correspondiam a disponibilidades.
- 10.2 Conforme divulgado na nota 2.39.4 do Anexo, as demonstrações financeiras do IAPMEI integram a totalidade do património afeto ao Fundo de Modernização do Comércio (FMC) cuja gestão na vertente financeira é assegurada pelo IAPMEI. Este Fundo foi criado através do Decreto-Lei n.º 178/2004, de 27 de julho, tendo como objetivo a modernização e a revitalização da atividade comercial bem como a promoção de ações e programas de formação dirigidos ao comércio. O Fundo é financiado maioritariamente por 50% das taxas relativas à autorização de instalação e modificação de estabelecimentos de comércio e de instalações de conjuntos comerciais. O montante recebido até 31 de dezembro de 2015 relacionado com este Fundo ascende a 153.538.731 euros (2014: 150.451.734 euros) dos quais 7.247.129 euros (2014: 7.169.761 euros) respeitantes a juros de aplicações financeiras), tendo sido pagos nos anos de 2007 a 2015 incentivos a fundo perdido no valor de 89.497.253 euros (2014: 82.752.520 euros), investimentos financeiros de 5.000.000 euros (2014: 5.000.000 euros) e comissões de gestão pagas às entidades gestoras 5.140.972 euros (2014: 5.009.440 euros). O saldo do fundo em 31 de dezembro de 2015 ascende a 53.900.506 euros (2014: 57.689.773 euros).

Relato sobre outros requisitos legais

- 11 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

26 de julho de 2016

Maria de Fátima da Silva Pinto

Fátima Pinto e Vítor Freire
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:
Maria de Fátima da Silva Pinto (ROC nº 719)